

## *Teorias do Juízo e Voluntarismo Doxástico no Debate Epistemológico Contemporâneo\**

**Marcelo de Araújo<sup>1</sup> UERJ-CNPq**

**Resumo:** A epistemologia moderna foi bastante marcada pela discussão de teorias do juízo. Esse tema, no entanto, foi alijado do debate epistemológico contemporâneo. Neste artigo, examino as razões que levaram ao abandono de teorias do juízo ao longo do século XX. Em seguida, examino em linhas gerais a possibilidade e limites de uma reintrodução da discussão sobre teorias do juízo no contexto da epistemologia contemporânea.

**Palavras-chave:** juízo, voluntarismo doxástico, vontade, crença

**Abstract:** Modern epistemology involved to a large extent the discussion of theories of judgment. However, this topic has been eliminated from contemporary epistemological debate. In this paper, I examine the reasons which led to the abandonment of theories of judgments in the course of twentieth century. Then, I examine in simple outlines the possibility and limits of a resumption of theories of judgment in the context of contemporary epistemology.

**Keywords:** judgement, doxastic voluntarism, will, belief

Este artigo tem como objetivo examinar a relação entre crença e vontade no debate epistemológico contemporâneo. Minha intenção é chamar a atenção para a importância de uma reintrodução de teorias do juízo nas investigações filosóficas sobre o problema do conhecimento. Para isso, examinarei as razões históricas para uma quase completa ausência de “teorias do juízo” no debate epistemológico contemporâneo. Minha hipótese é que uma melhor compreensão da relação entre crença e vontade (um problema que tem sido contemporaneamente examinado no contexto de uma discussão chamada “ética da crença”) poderia contribuir para tornar visível por que o debate epistemológico contemporâneo não pode prescindir de uma discussão de temas relacionados à teoria do juízo.

Uma tarefa que teorias do conhecimento têm tradicionalmente se colocado consiste na tentativa de se determinar quando uma crença é também em um tipo de conhecimento. Após a publicação de um artigo bastante influente de Gettier, em 1963, a concepção tradicional de conhecimento como “crença verdadeira justificada” foi bastante criticada. Desde a publicação desse artigo, o foco da atenção no debate epistemológico contemporâneo passou a recair sobre o conceito de “justificativa epistêmica”. O conceito de “justificativa epistêmica” se tornou tão

---

\* Este artigo resulta de um projeto de pesquisa desenvolvido com bolsa do CNPq em 2002-2003.

<sup>1</sup> Doutorado em Filosofia pelo Universität Konstanz, Alemanha(2002). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

preponderante que muitas das teorias contemporâneas do conhecimento podem ser descritas como teorias da justificação. Essas teorias tratam de dar uma resposta a questões tais como, por exemplo: (i) “O que é justificação epistêmica?”, (ii) “se estamos justificados em sustentar uma crença, é também necessário que tenhamos consciência de que estamos justificados?”, ou (iii) “para que estejamos justificados em nossas pretensões de conhecimento é necessário que nossa crença seja causada por algum processo confiável, ainda que não tenhamos consciência desse processo?” Uma característica distintiva da concepção de conhecimento resultante desse debate é que o conceito de conhecimento é freqüentemente visto como algo que nos acontece de modo passivo, e não como algo que adquirimos como resultado de deliberação e reflexão. Se fosse possível traçarmos uma linha imaginária entre as coisas que nos ocorrem de modo passivo, e aquelas que de fato realizamos, e pelas quais podemos ser responsabilizados, nosso conhecimento do mundo, segundo a perspectiva predominante no debate epistemológico contemporâneo, se localizaria do lado da passividade. RAZ (1997)

Essa caracterização do debate epistemológico contemporâneo é, de fato, bastante geral, e não leva em conta uma diversidade de posições divergentes. Ainda assim, um indício de que o conceito de conhecimento aqui em pauta envolveria uma atitude de passividade por parte do sujeito cognoscente se explica, pelo menos em parte, pelo fato de praticamente não se discutirem “teorias do juízo” no debate epistemológico contemporâneo. Com efeito, um juízo não é algo que simplesmente nos ocorre, mas um tipo de ação, ou seja algo que realizamos. No uso ordinário da linguagem, costumamos empregar a palavra “juízo” para nos referirmos a um tipo de atividade. Isso fica claro pelo fato de podermos ser responsabilizados pelos juízos que fazemos. Podemos, com efeito, ser criticados por fazermos um juízo injusto ou precipitado; ou elogiados por fazermos um juízo bem fundamentado. Durante bastante tempo, na tradição de investigação do pensamento epistemológico, uma “teoria do juízo” foi considerada como uma parte importante, senão mesmo o principal tópico de investigação em qualquer teoria do conhecimento. Contudo, nas últimas décadas, a discussão acerca de teorias do juízo praticamente desapareceu do debate epistemológico. Acredito haver pelo menos três razões que contribuíram para isso.

Em primeiro lugar, percebe-se um predomínio da filosofia da linguagem na investigação de problemas que tradicionalmente eram discutidos no contexto de uma teoria do juízo. Em segundo, percebe-se também que a epistemologia contemporânea, de modo geral, não se



compreende como um tipo de investigação sobre como melhorarmos nossa “situação epistêmica”, mas simplesmente como uma “análise” do conhecimento. Por fim, em terceiro lugar, está o fato de o chamado “voluntarismo doxástico” ter sido muito criticado nas últimas décadas. Pretendo descrever brevemente as duas primeiras razões, e me deter em seguida no problema do voluntarismo doxástico.

Alguns conceitos tradicionalmente examinados no contexto de uma teoria do juízo (conceitos como “verdade”, “pensamento”, “juízo”, e “asserção”) passaram a ser examinados, no decorrer do século vinte, no âmbito de “teorias do significado.” Como David Bell afirma:

“The theory of judgement has thus been displaced from the centre of the philosophical stage in favour of concerns more overtly linguistic; but many of the aims, doctrines, concepts, and problems central to the former remain essentially unchanged beneath their linguistic guise.” (BELL, 1979, p. 1-2)

Além disso, o termo “proposição” passou a ocupar um lugar antes tradicionalmente ocupado pelo termo “juízo”. Mas essa não foi apenas uma mudança terminológica, pois o termo “juízo”, diferentemente do termo “proposição”, pareceu a vários autores ter conotações psicológicas, relacionadas a supostos “atos mentais” do sujeito cognoscente. Esses atos, no entanto, segundo uma tradição de autores que remonta a John Stuart Mill, não deveriam constituir propriamente o objeto de investigação nem da lógica nem da epistemologia. Como Mill afirma:

“Logic, according to the conception here formed of it, has no concern with the nature of the act of judging or believing; the consideration of that act, as a phenomenon of the mind, belongs to another science. Philosophers, however, from Descartes downwards, and especially from the era of Leibnitz and Locke, have by no means observed this distinction; and would have treated with great disrespect any attempt to analyze the import of Propositions, unless founded upon an analysis of the act of Judgment. A Proposition, they would have said, is but the expression in words of a Judgment. The thing expressed, not the mere verbal expression, is the important matter. When the mind assents to a proposition, it judges.” (MILL 1869, 59)

O termo “proposição” pareceu a muitos autores, então, mais impessoal do que o termo “juízo”.<sup>2</sup> A segunda razão relacionada ao desaparecimento de “teorias do juízo” do debate

<sup>2</sup> Cf. FLEW (1979): “The term ‘proposition’ with its more impersonal and logical flavour has completely

epistemológico contemporâneo diz respeito à idéia segundo a qual a tarefa fundamental da epistemologia seria a de proporcionar uma “análise” do problema do conhecimento. É claro que não só a epistemologia contemporânea, mas também teorias clássicas do conhecimento se constituíram como um tipo de tentativa de esclarecer ou de analisar o que é, de fato, o fenômeno do conhecimento. No entanto, a análise do problema do conhecimento esteve durante muito tempo intimamente relacionada (ou mesmo subordinada) à tentativa de melhorarmos nossa “situação epistêmica”. Isso significa que o que esteve tradicionalmente em questão na formulação de teorias do conhecimento era a tentativa de estabelecermos métodos para aumentarmos nosso conhecimento, para melhorarmos a qualidade de nossos juízos cognitivos a respeito do mundo, e para evitarmos ao máximo a possibilidade do erro. No entanto, o estabelecimento de métodos para aumentar nosso conhecimento e evitar o erro não tem sido investigado no debate epistemológico contemporâneo. A questão do método é geralmente vista como um problema de que devem se ocupar as ciências particulares, cada uma empregando uma metodologia específica. Essa questão foi recentemente examinada, por exemplo, por Hilary Kornblith, que tenta mostrar que a epistemologia contemporânea é de pouca utilidade quando nos perguntamos, não tanto o que é o conhecimento, mas o que “devemos fazer” para aumentar nosso conhecimento.

“One of the motivations for epistemological theorizing is the desire to develop substantive epistemic advice. We wish to improve our epistemic situation by refining the methods we use in arriving at our beliefs. (...) the desire to improve our epistemic situation is one which has motivated epistemologists for as long as philosophers have theorized about knowledge...” (KORNBLITH, 1999, p. 24)

Entretanto, é mais especificamente por uma terceira razão, que acredito não ter sido ainda suficientemente examinada, que teorias do juízo praticamente desapareceram do debate epistemológico contemporâneo. Essa razão diz respeito à crítica ao “voluntarismo doxástico.” “Voluntarismo doxástico” designa a tese segundo a qual seríamos livres para deliberarmos quanto à escolha de crenças da mesma forma como deliberarmos quanto à escolha pela realização de determinadas ações. O voluntarismo doxástico foi muito criticado nas últimas décadas, sobretudo no contexto de um debate normalmente denominado como “ética da crença”. O que está em questão nesse debate é o problema sobre se, e em que medida, teríamos um controle voluntário sobre nossas crenças. Nesse debate, autores como, por exemplo, René Descartes, Blaise Pascal, William James, e William Clifford figuram entre os

---

*replaced the older less impersonal and more psychological ‘judgement’.*”

principais defensores do voluntarismo doxástico. Descartes, por exemplo, sustenta que somos livres para suspendermos o juízo em situações nas quais não temos evidências cogentes em favor de uma dada proposição. Suponhamos, por exemplo, que, após examinar detidamente um problema, uma pessoa chegue à conclusão de que há tantas evidências em favor de  $p$  quanto em favor de  $\neg p$ . Segundo Descartes, nessas circunstâncias, *deveríamos* suspender o juízo de modo a evitar possibilidade do erro. O problema, no entanto, é que, contra essa tese, vários autores alegam que em situações de “equilíbrio epistêmico” (quando temos tantas razões para  $p$  quanto para  $\neg p$ ) a suspensão do juízo não decorre de um processo de deliberação e tomada de decisão. Não é porque *devemos* suspender o juízo que, de fato, suspendemos o juízo, mas é porque, nessas circunstâncias, não temos nenhuma outra escolha a não ser suspender o juízo.<sup>3</sup> Na verdade, a própria palavra “escolha” poderia parecer pouco apropriada aqui, pois a suspensão do juízo parece simplesmente nos ocorrer. Em situações de equilíbrio epistêmico parece que o juízo é suspenso independentemente de considerações sobre o que devemos ou não devemos fazer. Só faria sentido falarmos em suspensão voluntária do juízo se assumíssemos que o juízo é apenas um ato lingüístico, i.e. a simples afirmação de que algo é o caso. Posso, por exemplo, afirmar “Berlin é capital do Brasil” sem me comprometer com a verdade dessa proposição. Mas quando filósofos como Descartes falam em suspensão do juízo como condição para evitarmos o erro, é claro que eles assumem que a formulação de um juízo envolve também um comprometimento com a suposição de que aquilo que é afirmado no juízo é de fato verdadeiro, i.e. que o juízo é acompanhado de uma crença.<sup>4</sup>

Outro autor que claramente assumiu a validade do voluntarismo doxástico foi Blaise Pascal. Pascal oferece um argumento para acreditarmos na existência de Deus que não é propriamente uma prova de que Deus existe, mas uma espécie de análise dos riscos envolvidos na crença de que Deus não existe. (Daí este problema ser normalmente referido em inglês como “Pascal’s wager”).<sup>5</sup> O argumento de Pascal é basicamente o seguinte: se Deus existe, e se *acreditamos* que ele existe, então temos uma crença verdadeira. Como resultado de termos essa crença, podemos então esperar algum tipo de recompensa divina. Se Deus não existe, mas acreditamos que Deus existe, então temos simplesmente uma crença falsa. Por outro lado, se Deus existe, mas não acreditamos que Deus existe, i.e. se temos a crença de que

<sup>3</sup> CURLEY (1975, p. 166).

<sup>4</sup> BUROKER (1996, p. 6): “When one affirms, one commits oneself to the truth of the proposition; when one denies, one commits oneself to its falsity.”

<sup>5</sup> CARTER (2000); WEIDEMANN (1999); DAVIS (1991); RESCHER (1985); BROWN (1984).

Deus não existe, então não apenas temos uma crença falsa, mas como resultado desta crença (a crença de que Deus *não* existe) corremos também o risco de sofrer algum tipo punição divina. Por essa razão, Pascal sustenta que é melhor acreditarmos em Deus do que não acreditarmos, pois temos muito mais a perder acreditando que Deus *não* existe do que acreditando que Deus de fato existe. A dificuldade, no entanto, é que parece problemático recorrermos a uma teoria da decisão racional quando o que está em questão não é a pergunta sobre quais *ações* devemos realizar tendo-se em vista tais e tais riscos, mas sim quais *crenças* devemos adotar em vista tais e tais conseqüências indesejáveis.

Ainda assim, a despeito dos problemas que o a posição defendida por Pascal envolve, o voluntarismo doxástico foi retomado e discutido no final do século XIX graças a influência de dois trabalhos bastante conhecidos: um artigo de William James (“Will to believe”, 1897); e um artigo William Clifford (“The ethics of belief”, 1877). O título do texto de Clifford terminou, inclusive, por designar de modo genérico todo o debate contemporâneo sobre se faz ou não sentido sustentarmos que temos algum tipo de poder de escolha sobre nossas crenças.

As questões colocadas por James e por Clifford foram retomadas e criticadas cerca de um século mais tarde, nas décadas de setenta e oitenta, por diversos autores, sobretudo em função de um artigo bastante influente de Bernard Williams, publicado em 1973. Vários autores procuraram mostrar, em consonância com Bernard Williams, que não podemos “escolher” as nossas crenças da mesma forma como podemos deliberar com relação a ações. Para esses autores, portanto, o voluntarismo doxástico é uma posição insustentável. O argumento de Bernard Williams consiste, basicamente, em chamar atenção para a constatação de que acreditar que  $p$  é o mesmo que acreditar que  $p$  é verdadeiro. Se pudéssemos acreditar que  $p$  como resultado de uma decisão, então seríamos também capazes de acreditar que  $p$  independentemente de  $p$  ser verdadeiro ou falso. Poderíamos então fazer asserções do tipo “acredito que  $p$ , mas sei que  $p$  é falso”. Mas uma tal asserção seria claramente irracional, pois, se uma pessoa acredita que  $p$ , então ela assume que aquilo em que ela acredita é, de fato, verdadeiro.

Contudo, a despeito da influência que o artigo de Bernard Williams exerceu no debate sobre a ética da crença, outros autores tentaram mostrar, por outro lado, que o voluntarismo doxástico não é tão implausível como às vezes se supõe. Com efeito, nossas crenças e nossas pretensões de conhecimento não são estados mentais que simplesmente nos ocorrem de modo

passivo, sem que tenhamos algum tipo de controle sobre eles. Dessa forma, alguns autores, mesmo negando a possibilidade do voluntarismo doxástico forte, tal como ele foi defendido por Descartes, sustentam que temos um controle *indireto* sobre nossas crenças.<sup>6</sup> Nosso conhecimento do mundo resulta de uma capacidade de analisarmos diferentes aspectos de um problema, de examinarmos evidências *pro* e *contra* a verdade de certas proposições, de decidirmos sobre o que conta como hipóteses relevantes, e também de nossa capacidade de excluirmos hipóteses incoerentes com nosso sistema de crenças como um todo. Ainda que crenças sejam entidades bem diferentes de ações, o método que empregamos para chegar às crenças que temos envolve, em certa medida, algum tipo de deliberação e tomada de decisão. Nós podemos, pelo menos em princípio, adotar livremente tais e tais estratégias epistêmicas na formação de nossas crenças, ao mesmo tempo em que rejeitamos outras estratégias.

Mas, se isso é assim, poderíamos então nos perguntar por que adotamos algumas estratégias epistêmicas em detrimento de outras estratégias na construção do nosso conhecimento. Com efeito, ainda que assumamos que temos um poder indireto de deliberação sobre nossas crenças, na medida em que somos livres para adotar essa ou aquela estratégia epistêmica, nossa escolha, nesse caso, supondo-se que se trata de uma escolha racional, deve se apoiar em crenças que não poderiam ser elas próprias o resultado de uma decisão.

A escolha por uma estratégia epistêmica específica na formação de nossas crenças depende, em última instância, de certos “traços de caráter” do sujeito cognoscente. Na literatura recente sobre o problema do conhecimento esses traços de caráter são às vezes denominados “virtudes intelectuais” ou “virtudes epistêmicas”. O conceito de “virtude intelectual”, como se sabe, remonta à *Ética a Nicomaco*, de Aristóteles, mas a sua retomada no debate epistemológico contemporâneo se deve, sobretudo, ao trabalho de Ernest Sosa. Em “The raft and the pyramid: coherence versus foundations in the theory of knowledge” (1980), Sosa sustenta que alguns problemas controversos da epistemologia contemporânea poderiam ser examinados de modo satisfatório se reintroduzíssemos certos conceitos morais aristotélicos no contexto da epistemologia. Sosa tem em mente aqui, mais especificamente, o conceito de “virtude”, entendido como certos hábitos e disposições intelectuais que, por assim dizer, nos colocam no caminho da verdade.<sup>7</sup> Esta tese foi também desenvolvida por autores

<sup>6</sup> CLARKE (1986).

<sup>7</sup> SOSA (1991, p. 225) define “epistemic virtue” nos seguintes termos: “a quality bound to help maximize one’s surplus of truth over error”.

como Lorraine Code e John Greco, que têm procurado mostrar que há uma relação relevante entre teorias morais (sobretudo a ética das virtudes) e teorias do conhecimento. A tentativa mais recente e mais sistemática de se abordar o problema do conhecimento a partir de certos conceitos que foram tradicionalmente discutidos no contexto de teorias morais foi feita por Linda Zagzebski, em *The Virtues of the Mind: an Inquiry into the Nature of Virtue and the Foundations of Knowledge* (1996). Zagzebski sustenta, por exemplo, que uma pessoa P tem uma crença justificada se esta é uma crença que uma pessoa “intelectualmente virtuosa” teria nas mesmas circunstâncias que P.<sup>8</sup> Zagzebski procura resgatar a tese aristotélica segundo a qual “virtudes intelectuais” e “virtudes morais” seriam traços distintivos do caráter de uma pessoa.

“Intellectual virtues ultimately aim at truth, but each also has a more immediate end such as distinguishing reliable from unreliable authority, or gathering a sufficient amount of relevant evidence. Intellectual virtues do not differ from moral virtues in any important way.” (ZAGZEBSKI, 2000, p. 172)

Esta abordagem do problema do conhecimento pode nos oferecer, de fato, uma concepção de conhecimento bastante diferente das concepções em pauta na maior partes das discussões no debate epistemológico contemporâneo, isto é uma concepção de conhecimento como um tipo de “atividade” pela qual podemos ser responsabilizados, por oposição à concepção de conhecimento como um tipo de estado mental que nos ocorreria de modo passivo. Mas, por outro lado, ela deixa também em aberto uma série de dificuldades como, por exemplo, a da relação entre “justificação” e “verdade”. Com efeito, uma pessoa pode vir a acreditar que *p* em função de tais e tais “virtudes epistêmicas”, sem que, porém, *p* seja verdadeira. Mas, se *p* não for verdadeira, então não está claro como poderíamos considerar *p* como um tipo de conhecimento.

Minha hipótese é que, para evitarmos esse tipo de problema, sem, no entanto, abrimos mão da concepção de conhecimento como algo pelo qual somos responsáveis, deveríamos examinar o conceito de “virtudes epistêmicas” em consonância com uma investigação sobre o que está realmente em questão no processo de formação de nossas crenças. Um modo de fazermos isso, a meu ver, consistiria em retomarmos o exame do problema do juízo. Alguns autores, mesmo sem terem diretamente em mente o exame de questões epistemológicas, têm

---

<sup>8</sup> ZAGZEBSKI (2000, p. 173): “A justified belief, the counterpart of a right act, is what an intellectually

procurado mostrar que é por força de nossa “faculdade de julgar” que podemos ser considerados responsáveis pelas crenças que temos. John McDowell, por exemplo, afirma o seguinte:

“And judging, making up our minds what to think, is something for which we are, in principle, responsible – something we freely do, as opposed to something that merely happens in our lives. Of course, a belief is not always, or even typically, a result of our exercising this freedom to decide what to think. But even when a belief is not freely adopted, it is an actualization of the capacities of a kind, the conceptual, whose paradigmatic mode of actualization is in the exercise of freedom that judging is.” (MCDOWELL, 1998, p. 434).<sup>9</sup>

Dessa forma, o conceito de juízo, que foi tradicionalmente alijado do debate epistemológico ao longo do século XX, poderia ser reintroduzido, sem porém nos comprometermos com um tipo de voluntarismo doxástico forte, tal como ele foi defendido por Descartes ou Pascal. O proferimento de juízos cognitivos, assim, poderia ser considerado um tipo de atividade que realizamos por influência de certas disposições a que poderíamos nos referir como “virtudes intelectuais”.

### **Bibliografia**

- ALSTON, W. P.: “Virtue and knowledge”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 60, 2000, p. 185-189.
- AMMERMAN, Robert R.: “Ethics and belief”. In: *The Aristotelian Society Proceedings*, vol. 65, 1964/1965, p. 257-266.
- AUDI, R.: “Doxastic voluntarism and the ethics of belief”. In: *Facta Philosophica*, vol. 1, 1999, p. 87-109.
- AXTELL, Guy (org.): *Knowledge, Belief, and Character: Readings in Virtue Epistemology*, Londres, Rowman & Littlefield, 2000.
- BELL, David: *Frege’s Theory of Judgement*, Clarendon Press, Oxford, 1979.
- BENNET, J.: “Why is belief involuntary?”. In: *Analysis*, vol. 50, 1990, p. 87-107.
- BERNSTEIN, Mark: “Moral and epistemic saints”. In: *Metaphilosophy*, vol. 17, 1986, p. 102-8.
- BLOOMFIELD, Paul: “Virtue epistemology and the epistemology of virtue”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 60, 2000, p. 23-43.
- BROWN, Geoffrey: “A defence of Pascal’s wager”. In: *Religious Studies*, vol. 20, 1984, p. 465-479.

---

*virtuous person might believe in like circumstances.”*

<sup>9</sup> Ver também MCDOWELL (2000, p. 11): “*Judging is making up one’s mind about how things are, as forming an intention is making up one’s mind about what to do. Judging is like forming an intention in being an exercise of responsible freedom.*”

- BUROKER, J. V.: “Arnauld on judging and the will”. In: E. Kramer (org.), *Interpreting Arnauld*, Toronto, Toronto University Press, 1996.
- CARTER, Alan: “On Pascal’s wager, or why all bets are off”. In: *The Philosophical Quarterly*, vol. 50, 2000, p. 22-27.
- CLARKE, M.: “Doxastic voluntarism and forced belief”. In: *Philosophical Studies*, vol. 50, 1986, p. 39-51.
- CLASSEN, H.: “Will, belief and knowledge”. In: *Dialogue*, vol. 18, 1979, p. 64-72.
- CLIFFORD, W.: “The ethics of belief” [1877]. In: *Lectures and Essays*, Obscure Press, 2006, p. 163-205
- CODE, L.: “Fathers and sons: a case study in epistemic responsibility”. In: *The Monist*, vol. 66, 1983, 268-82.
- CODE, L.: *Epistemic Responsibility*, Hanover, University Press of New England, 1987.
- CODE, L.: “Toward a ‘responsibilist’ epistemology”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 55, 1984, p. 29-50.
- CURLEY, E. M.: “Descartes, Spinoza and the ethics of belief”. In: M. Mandelbaum / E. Freeman (org.), *Spinoza: Essays in Interpretation*, Illinois, Open Court, 1975, p. 159-189.
- DAVIS, Stephen: “Pascal on self-caused belief”. In: *Religious Studies*, vol. 27, 1991, p. 27-37.
- FELDMAN, Richard: “Subjective and objective justification in ethics and epistemology”. In: *The Monist*, vol. 68, 1985, p. 407-19.
- FLEW, A.: “Proposition”. In: *A Dictionary of Philosophy*, Londres, Pan Books, 1984.
- GALE, Richard: “William James and the ethics of belief”. In: *American Philosophical Quarterly*, vol. 17, 1980, 1-24.
- GEACH, P. T.: *Mental Acts: Their Content and Their Objects*, Londres, Routledge Kegan Paul, 1967.
- GETTIER, E.: “Is justified true belief knowledge?”. In: *Analysis*, vol. 23, 1963, p. 121-23.
- GRECO, J.: “Internalism and epistemically responsible belief”. In: *Synthese*, vol. 85, 1990, p. 245-77.
- GRECO, J.: “Virtue epistemology”. In: J. Dancy / E. Sosa (org.) *A Companion to Epistemology*, Oxford, Blackwell, 1992.
- GRECO, J.: “Virtues and vices of virtue epistemology”. In: *Canadian Journal of Philosophy*, vol. 23, 1993, p. 413-32.
- GRECO, J.: “Two kinds of intellectual virtues”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 60, 2000, p. 179-184.
- GRECO, J.: “Virtue epistemology and the relevant sense of ‘relevant possibility’”. In: *Southern Journal of Philosophy*, vol. 32, 1994, p. 61-77.
- HEIL, J.: “Believing what one ought”. In: *The Journal of Philosophy*, vol. 80, 1983, p. 752-765.
- HEIL, J.: “Doxastic agency”. In: *Philosophical Studies*, vol. 43, 1983, p. 355-364.
- HOOKEYWAY, C.: “Conscious belief and deliberation”. In: *The Aristotelian Society*, Supplement, vol. 55, 1981, p. 75-107.
- HOOKEYWAY, Christopher: “Mimicking foundationalism: on sentiment and self-control”. In: *European Journal of Philosophy*, 1993, vol. 1, p. 156-174.
- HOOKEYWAY, Christopher: “Cognitive virtues and epistemic evaluations”. In: *International Journal of Philosophical Studies*, 1994, vol.2, p. 211-227.

- HOYLER, R.: "Belief and will revisited". In: *Dialogue*, vol. 22, 1983, p. 273-290.
- JAMES, William: "Will to believe" [1897]. In: *Pragmatism and Other Essays*, Nova York, Washington Square Press, 1963, p. 193-213.
- KORNBLITH, H.: "Ever since Descartes". In: *The Monist*, vol. 68, 1985, p. 264-76.
- KORNBLITH, H.: "Justified belief and epistemically responsible action". In: *The Philosophical Review*, vol. 98, 1983, p. 33-49.
- KORNBLITH, H.: "The epistemology of science and the epistemology of everyday life". In: *Facta Philosophica*, vol. 1, 1999, p. 21-37.
- KVANVIG, J.: *The Intellectual Virtues and the Life of the Mind*, Lanham, Rowman & Littlefield, 1992.
- LYCAN, William G.: "Why we should care whether our beliefs are true". in *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 51, 1991, p. 201-205.
- MCCARTHY, G. (org.): *The Ethics of Belief Debate*, Atlanta, Scholar Press, 1986.
- MCDOWELL, J.: "Having the world in view: Sellars, Kant, and intentionality". In: *The Journal of Philosophy*, vol. 95, 1998, p. 431-492.
- MCDOWELL, J.: "Experiencing the world". In: *John McDowell: Reason and Nature (Lecture and Colloquium in Münster 1999)*, Marcus Willaschek (org.), Münster, Transaction Publishers, 2000.
- MEILAND, J.: "What ought we to believe? Or the ethics of belief revisited". In: *American Philosophical Quarterly*, vol. 17, 1980, p. 15-25.
- MILL, J. S.: *A System of Logic*, Nova York, Harper & Brother, 1869.
- MONTMARQUET, J.A.: "Justification: ethical and epistemic". In: *Metaphilosophy*, vol. 18, 1987, p. 187-99.
- MONTMARQUET, J.A.: *Epistemic Virtue and Doxastic Responsibility*, Lanham, Rowman & Littlefield, 1993.
- NATHAN, N.: "On the ethics of belief". In: *Ratio*, vol. 5, 1999, p. 147-159.
- NAYLOR, M.: "Voluntary belief". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 45, 1985, p. 427-437.
- OWENS, David: *Reason without Freedom: The Problem of Epistemic Normativity*, Routledge, Londres, 2000.
- PETTIT, Philip / SMITH, Michael: "Freedom in belief and desire". In: *Journal of Philosophy*, vol. 93, 1996, p. 429-449.
- PRICE, H. H.: "The freedom of assent in Descartes and Hume". In: *Belief*, Londres, George Allen & Unwin, 1969, p. 221-239.
- RAZ, J.: "When we are ourselves: the active and the passive". In: *The Aristotelian Society*, 1997, vol. 71, p. 211-27.
- RESCHER, Nicholas: *Pascal's Wager: A Study of Practical Reasoning in Philosophical Theology*, Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1985.
- SOSA, E.: "Intellectual virtue in perspective". In: *Knowledge in Perspective: Selected Essays in Epistemology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, p. 225-244.
- SOSA, E.: "The raft and the pyramid: coherence versus foundations in the theory of knowledge". In: *Studies in Epistemology*, Midwest Studies in Philosophy, Notre Dame, University of Notre Dame Press, vol. 5, 1980, p. 3-25.

SOSA, E.: “The coherence of virtue and the virtue of coherence: justification in epistemology”. In: *Synthese*, vol. 64, 1985, p. 3-28.

SOSA, E.: “Proper functionalism and virtue epistemology”. In: *Nôus*, vol. 27, 1993, p. 51-65.

STEVENSON, J. T.: “On doxastic responsibility”, (org.) Keith Lehrer, *Analysis and Metaphysics*, Dordrecht, Reidel, 1975, p. 229-52.

WILLIAMS, B.: “Deciding to believe”. In: *The Problems of the Self*, Cambridge, Cambridge University Press, 1973, p. 136-151.

ZAGZEBSKI, L.: *Virtues of the Mind: An Inquiry into the Nature of Virtue and the Ethical Foundations of Knowledge*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

ZAGZEBSKI, L. “What is knowledge?”. In: GRECO, J. / SOSA, E. (org.), *The Blackwell Guide to Epistemology*, Oxford, Blackwell, 1999, p. 92-116.

ZAGZEBSKI, L.: “Virtue in ethics and epistemology”. In: *American Catholic Philosophical Quarterly*, vol. 71 1997, p. 1-17.